



**COLÉGIO PEDRO II  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

Renata Duarte Marques

**GEOGRAFIAS IMAGINATIVAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE  
DA PERCEPÇÃO DE ALUNOS DO CURSO DE LICENCIATURA EM  
GEOGRAFIA DO COLÉGIO PEDRO II**

Rio de Janeiro  
2025

Renata Duarte Marques

**GEOGRAFIAS IMAGINATIVAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DE ALUNOS DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA DO COLÉGIO PEDRO II**

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de monografia apresentado ao Curso de Licenciatura em Geografia do Colégio Pedro II, como requisito parcial para graduar-se em licenciatura em Geografia.

Orientador: Professor M.e Bruno Lins Quintanilha

Rio de Janeiro  
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Ficha catalográfica elaborada por Suria Braga Alves (CRB7 nº6490),  
bibliotecária do Colégio Pedro II, Campus Realengo II.

M357g

Marques, Renata Duarte

Geografias imaginativas da Amazônia brasileira: uma análise da percepção de alunos do curso de licenciatura em geografia do Colégio Pedro II / Renata Duarte Marques – Rio de Janeiro: [s.n.], 2025.

42 p.

Orientador: Prof. Me. Bruno Lins Quintanilha.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Colégio Pedro II, Curso de Licenciatura em Geografia.

1.Amazônia. 2.Imaginação. 3.Educação - Estudo e ensino. I. Quintanilha, Bruno Lins (Orientador). II.Colégio Pedro. III.Licenciatura em Geografia. IV.Título

CDD 918.11

Renata Duarte Marques

**GEOGRAFIAS IMAGINATIVAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DE ALUNOS DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA DO COLÉGIO PEDRO II**

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de artigo apresentado ao Curso de Licenciatura em Geografia do Colégio Pedro II, como requisito parcial para graduar-se em licenciatura em Geografia.

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Banca Examinadora:

---

M.e Bruno Lins Quintanilha  
Colégio Pedro II

---

M.e Igor Pouchain Matela  
Colégio Pedro II

---

Dra. Taiany Braga Marfetan  
Colégio Pedro II

Rio de Janeiro  
2025

# **GEOGRAFIAS IMAGINATIVAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DE ALUNOS DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA DO COLÉGIO PEDRO II**

Renata Duarte Marques

## **RESUMO**

Este estudo analisa as percepções de estudantes da Licenciatura em Geografia do Colégio Pedro II sobre a Amazônia brasileira, fundamentando-se no arcabouço das geografias imaginativas. O objetivo foi identificar a persistência de estereótipos na formação docente, investigando como esse imaginário é construído. A pesquisa, de natureza exploratória e descritiva, combinou revisão bibliográfica e aplicação de questionários semiestruturados, cujas respostas foram tratadas mediante análise de conteúdo. Os resultados demonstram que as percepções dos licenciandos se organizam em categorias como “Natureza e Ecossistema”, “Riqueza e Potencial” e “Dimensão Simbólica ou Mítica”, revelando uma visão predominantemente naturalizante e que reproduz um “orientalismo amazônico”. A quase totalidade dos participantes (95,2%) nunca esteve na região, indicando que seu conhecimento é mediado por fontes indiretas, como a mídia os livros didáticos e paradidáticos. Contudo, os discentes atribuíram à graduação em Geografia a construção de uma visão mais crítica e complexa. Conclui-se que, embora a formação superior contribua para a desconstrução de estereótipos, as geografias imaginativas hegemônicas sobre a Amazônia permanecem enraizadas. Evidencia-se, assim, a urgência de abordagens pedagógicas que problematizem tais representações, formando educadores capazes de apresentar a Amazônia em sua realidade socioterritorial complexa.

**Palavras-chave:** Geografias Imaginativas, Amazônia, educação, licenciatura.

## **ABSTRACT**

This study analyzes the perceptions of students from the Geography Teaching Degree program at Colégio Pedro II regarding the Brazilian Amazon, drawing on the framework of imagined geographies. The objective was to identify the persistence of stereotypes in the students' education, investigating how this imaginary is constructed. The research, which was exploratory and descriptive in nature, combined a literature review with the application of semi-structured questionnaires, the responses from which were processed using Content Analysis. The results demonstrate that the student teachers' perceptions are organized into categories such as "Nature and Ecosystem," "Wealth and Potential," and "Symbolic or Mythical Dimension," revealing a predominantly naturalizing view that reproduces an "Amazonian orientalism." The vast majority of participants (95.2%) had never been to the region, indicating that their knowledge is mediated by indirect sources, such as media and textbooks. However, the students attributed their undergraduate Geography studies with fostering a more critical and complex perspective. It is concluded that, although higher education contributes to the deconstruction of stereotypes, the hegemonic imagined geographies of the Amazon remain deeply rooted. This underscores the urgency for pedagogical approaches that criticize such representations, forming educators capable of presenting the Amazon in its complex socioterritorial reality.

**Keywords:** Imagined Geographies, Amazon, Education, Teaching Degree.

## Sumário

<b>Introdução e Justificativa</b> .....	12
<b>Objetivos</b> .....	14
Geral.....	14
Específico.....	14
<b>Metodologia</b> .....	14
<b>I- As geografias imaginativas</b> .....	15
<b>II-A Amazônia brasileira</b> .....	18
<b>III-Análise dos questionários e resultados</b> .....	22
<b>Conclusão</b> .....	38
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	39

## **Introdução e Justificativa**

A escolha da temática para este trabalho de conclusão de curso não se deu por acaso. Desde a minha primeira graduação, iniciada em 2011, a temática da Amazônia sempre foi de grande interesse. Fui monitora da disciplina Amazônia Brasileira, trabalhei em projetos que estudavam a região, mas que não cessaram minha vontade em continuar investigando sobre o assunto. Decidi então associar a temática das Geografias Imaginativas com a Amazônia brasileira, uma região conhecida por sua vasta extensão, mitos e biodiversidade.

Quando pensamos em Amazônia, muitas vezes fugimos de uma avaliação objetiva da região, partindo para considerações fantasiosas e fortemente afetivas. Hervé Théry (2005) afirma que tais visões são inspiradas seja por uma perspectiva pessimista, como a ideia de “inferno verde”, seja por uma perspectiva otimista, que projeta na região um potencial de expansão territorial e de riquezas ocultas, como o “mito do Eldorado”, o que faz com que tal local seja ameaçado pela cobiça externa, seja ela estrangeira ou mesmo de outras partes do Brasil.

Segundo Bueno (2003), o ideário que permeia o senso comum dos brasileiros está relacionado principalmente à percepção transmitida pelos meios de comunicação. Tais noções na verdade foram reelaboradas por jornalistas e escritores a partir de concepções anteriores, algumas com origem também em imaginários remotos e ultrapassados. Embora haja uma constante reelaboração da representação da Amazônia, esta geralmente ainda remonta a ideias previamente concebidas.

Assim, a forma como imaginamos um país, continente ou região – como é o caso da Amazônia brasileira - é perpassada pelo discurso e pelo imaginário construído em torno de tal localidade, seja ele no ambiente escolar, familiar ou pelos meios midiáticos. Para Novaes (2010), a forma como imaginamos um lugar influencia diretamente como iremos representar e agir sobre esses espaços. Quando representamos algo mais distante da nossa realidade, como ocorrem frequentemente com as representações que surgem nas regiões metropolitanas sobre as áreas mais interioranas do país, muitas vezes há uma difusão de discursos simplistas e distantes da realidade daquelas localidades e das suas populações.

Quando pensamos nas aulas de geografia, muitas vezes tais discursos homogeneizantes podem servir como um discurso qualificador dos espaços, associando seguidamente "zonas" e "características" de forma naturalizada (Novaes, 2010). Vale a ressalva de que as geografias imaginativas dialogam diretamente com a economia, a política e com os influxos culturais e de

muitas outras escalas, que influenciam na representação social do espaço, seja ela de maneira oral ou escrita (Grimberg & Dorfman, 2016).

Said (2007) afirma ainda que são recorrentes as associações simplistas, sobretudo de espaços desconhecidos. Nesse sentido, a construção cultural de conceitos e imagens sobre determinadas regiões acaba criando um imaginário inabalável acerca de lugares e culturas distintas. O autor traz ainda como exemplo os conceitos de “Oriente” e “Ocidente” como elementos praticamente opostos, onde o Ocidente seria o espaço desenvolvido, moderno, democrático etc. enquanto ao Oriente estaria relegada uma ideia de atraso, fundamentalismo e irracionalidade.

Podemos fazer tal analogia com a região da Amazônia brasileira, muitas vezes sendo tratada pela mídia, pelos materiais didáticos e até mesmo nas aulas de geografia como uma região atrasada, inóspita e exótica se comparada a outras regiões do país, sobretudo a região Sudeste, maior difusora de informações e veículos midiáticos.

Levando em consideração as representações da Amazônia e de seus impactos sociais, políticos e culturais, a Geografia e, em especial, o ensino de Geografia na educação básica, se colocam como potenciais ferramentas de problematização, desconstrução e crítica de estereótipos espaciais que simplifiquem e reduzam a complexidade amazônica. Dessa forma, o arcabouço teórico das geografias imaginativas pode servir enquanto instrumento na formação docente, preparando o licenciando para que, quando estiver formado e atuando em sala de aula, seja capaz de identificar e criticar representações que distorcem a realidade de determinados espaços e, no caso deste trabalho, da Amazônia.

Apesar de seu pouco tempo de existência, já é reconhecido que a licenciatura do Colégio Pedro II cumpre importante papel ao oferecer educação pública de qualidade na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, proporcionando uma formação de professores *sui generis* devido ao seu contexto de instituição de ensino federal em que, simultaneamente, o corpo docente leciona tanto na educação básica quanto na superior. Sendo assim, investigar a relação do trinômio Amazônia, geografias imaginativas e formação docente na licenciatura em Geografia do Colégio Pedro II é possibilidade pertinente de aprofundar conhecimentos sobre o curso e, também, de contribuir para seu aperfeiçoamento e crescimento.

Assim, esse trabalho tem como objetivo identificar as percepções dos alunos da licenciatura em Geografia do Colégio Pedro II sobre a Amazônia brasileira, usando o arcabouço

teórico das geografias imaginativas e a partir da metodologia de análise das respostas dos questionários semiestruturados aplicados a alunos com matrícula ativa na graduação em Geografia do Colégio Pedro II entre os anos de 2020 a 2025. Os questionários foram aplicados entre os meses de junho e julho de 2025 com 42 graduandos, para reconhecer possíveis padrões e/ou estereótipos acerca da região analisada.

## **Objetivos**

### **Geral**

Identificar as percepções dos alunos do curso de Licenciatura em Geografia do Colégio Pedro II sobre a Amazônia brasileira.

### **Específicos**

- Contextualizar o processo de construção do imaginário de formação docente em Geografia do Colégio Pedro II sobre a Amazônia brasileira
- Propor o arcabouço das geografias imaginativas como ferramenta conceitual para identificar e desconstruir estereótipos geográficos a respeito da Amazônia brasileira
- Analisar as respostas de um questionário aplicado aos docentes em formação para identificar os possíveis estereótipos dos alunos da licenciatura em Geografia do Colégio Pedro II sobre a Amazônia brasileira, utilizando a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2020) como instrumento para análise dos dados levantados.

## **Metodologia**

Esse estudo é caracterizado como exploratório e descritivo, que alinhará a revisão bibliográfica à aplicação de questionários semiestruturados<sup>1</sup>.

Inicialmente, foi elaborado o arcabouço teórico do trabalho a partir da pesquisa bibliográfica sobre temas relativos à Amazônia brasileira e às Geografias Imaginativas. Para Fonseca (2002), a pesquisa bibliográfica se dá a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas, como livros, artigos científicos, teses e sites. Segundo o autor, qualquer trabalho científico se inicia com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o tema.

A população estudada foi o alunado do curso de licenciatura em Geografia do Colégio Pedro II que ingressou entre os anos de 2020 e 2025. Para estes alunos foram aplicados

---

<sup>1</sup> Questionário disponível em: [https://docs.google.com/forms/d/1sdnYgcHTilROTLlcMAImlh735Cr5wmrZE\\_jnTvkBIS8/edit](https://docs.google.com/forms/d/1sdnYgcHTilROTLlcMAImlh735Cr5wmrZE_jnTvkBIS8/edit)

questionários semiestruturados no formato digital elaborados no aplicativo *Google Forms* visando levantar suas percepções acerca da Amazônia brasileira.

O Colégio Pedro II oferece, desde o ano de 2020 quatro cursos de licenciatura nas áreas de Ciências Sociais, Filosofia, Geografia e História, que compõem as Licenciaturas Integradas em Humanidades. Com duração de oito semestres, as licenciaturas são gratuitas e acontecem no Campus Realengo II, na cidade do Rio de Janeiro (RJ), no período noturno.

Os questionários aplicados contaram tanto com perguntas objetivas quanto com perguntas de resposta livre. As perguntas objetivas foram analisadas e organizadas em gráficos, e as perguntas livres analisadas segundo a análise de conteúdo de Bardin (2020). A análise de conteúdo de Laurence Bardin é uma metodologia de tratamento de dados qualitativos, como textos, áudios e vídeos, de forma sistemática e objetiva. O objetivo é extrair indicadores (quantitativos ou não) que permitam inferir conhecimentos sobre as condições de produção e recepção das mensagens. Segundo a autora, a análise de conteúdo consiste em:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 2020, p. 44).

De maneira sintética, a análise de conteúdo de Bardin (2020) divide-se em três etapas: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento do material. A pré-análise corresponde à fase de organização da pesquisa. Nesse primeiro momento são separados os documentos a serem analisados e é feita uma “leitura flutuante” em que podem surgir intuições para formulação de hipóteses. A segunda fase é a exploração do material, onde o pesquisador começa a organizar o material, tornando-o operacional e sistematizando as ideias iniciais. Por fim, a terceira fase corresponde ao tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

### **I- As geografias imaginativas**

Este trabalho parte do conceito de geografias imaginativas para além de percepções subjetivas dos indivíduos, mas entendendo que por mais que cada ser humano seja único e experencie o mundo de maneira particular, as imagens e percepções que vivemos são inerentemente sociais. Desde nossa escolha de palavras ou desenhos elaborados, estes irão depender de sistemas compartilhados de comunicação, códigos ou linguagens, que, por sua vez,

também dependem de uma comunidade mais ampla cuja extensão espacial normalmente se estende além da sua experiência real (Driver, 2022).

O conceito de geografia imaginativa surge na obra *Orientalismo* (1978), de Edward Said. O autor aponta para o fato de que a forma na qual imaginamos um país ou região influencia na forma como enxergamos e decidimos agir sobre tais lugares. (Grimberg; Dorfman, 2016). Segundo Said (2007, p.31),

“os homens fazem a sua história, de que só podem conhecer o que eles mesmos fizeram, e estendê-la à geografia: como entidades geográficas e culturais — para não falar de entidades históricas —, tais lugares, regiões, setores geográficos, como o “Oriente” e o “Ocidente”, são criados pelo homem”.

Os ideais de Said, baseados na teoria do discurso de Michel Foucault e na teoria da hegemonia de Antonio Gramsci, apontam para a construção da representação do Oriente no discurso intelectual europeu e americano nos séculos XIX e XX e suas consequências nas práticas sociais em relação a, especialmente, o mundo muçulmano das potências imperialistas do período e que, ainda hoje, mantém sua força. O chamado Orientalismo nada mais era do que os discursos formativos da ideia de Oriente construído pelas narrativas europeias. Tais discursos eram discursos de poder, permeados de tendências políticas, intelectuais e culturais, que representavam muito mais uma percepção ocidental em relação ao Oriente do que uma espécie de Oriente real (Souza, 2024).

Outro exemplo de como o Oriente é visto pelo Ocidente é o longa metragem “*Filmes ruins, árabes malvados: como Hollywood vilificou um povo*” um documentário inspirado no livro “*Reel Bad Arabs*” onde o Dr. Jack Shaheen – autor do livro e participante do documentário – faz uma análise de centenas de filmes que abordam a figura do povo árabe no cenário do cinema estadunidense. O documentário busca do início ao fim, apresentar a visão que Hollywood faz do mundo árabe, tratando esse povo sem compreender sua pluralidade, entendendo-os como violentos, inferiores, burros, incapazes e exóticos. Tal visão, já nos primeiros minutos de documentário, vai ao encontro de uma passagem de Said (2007, pág. 27) “o Oriente era quase uma invenção europeia e fora desde a Antiguidade um lugar de romance, de seres exóticos, de memórias e paisagens obsessivas, de experiências notáveis”.

O autor ainda acrescenta:

“[...] o interesse europeu, e depois americano, pelo Oriente era político de acordo com alguns de seus aspectos históricos [...], mas que foi a cultura que criou esse interesse,

que agiu dinamicamente em conjunto com as indisfarçadas fundamentações políticas, econômicas e militares para fazer do Oriente o lugar variado e complicado que ele obviamente era no campo que eu chamo de orientalismo” (Said, 2007, pág. 39).

Para esclarecer as diferenças traçadas entre Ocidente e Oriente pelo Orientalismo, Said (2007) introduz o conceito de geografia imaginativa. Este conceito demonstra uma relação específica entre o espaço geográfico e o político, estabelecendo o "nós e eles" com base em representações e categorias - como uma unidade geográfica, cultural, linguística e étnica. O estudo proposto por Said refere-se ao Oriente, ao Islã e ao Oriental. Trata-se de um espaço imaginado, moldado unilateralmente pelo “nós” em relação a “eles”, com características discursivas e vocabulário próprios.

Essa formulação define aspectos fundamentais do conjunto social, político e cultural dos que habitam esse espaço, direcionando a produção de conhecimento sobre o outro ou sobre si em relação ao outro, construindo o que se pode chamar de uma identidade negativa. Assim, os habitantes do espaço delimitado por essa geografia imaginada são avaliados não a partir das circunstâncias históricas, sociais e políticas que moldam sua trajetória, mas com base em razões ontológicas que supostamente explicam sua existência no mundo de forma essencialista e anterior a qualquer outro contexto (Souza, 2024).

Ainda no que tange a geografia imaginativa, Souza (2024) destaca que esta geografia trata da construção cultural de conceitos e imagens que acabam por se tornar canônicas e inabaláveis acerca de lugares e culturas distintas. A imagem que é construída sobre determinado lugar é tecida lentamente pelos mais variados indivíduos, criando uma espécie de estabilidade, ordem e reconhecimento sobre essa imagem.

Pensando especificamente em um “orientalismo” amazônico, Candotti (2017) pondera que diferentes discursos construíram uma “distinção ontológica” que fez da Amazônia e de sua população nativa um verdadeiro “outro”, uma alteridade ontológica onde esse outro é impossível de ser assimilado, ou que, em todo caso, não se deseja assimilar. No caso Amazônico há ainda três especificidades.

A primeira delas é que diferente da oposição entre Ocidente e Oriente como proposto por Said (2007), em que há uma oposição clara entre as partes, o mesmo não acontece quando falamos da Amazônia e dos “outros”. A Amazônia não tem um par de oposição claro. Talvez pudéssemos elencar figuras como “o homem branco” ou os “espaços urbanos”, mas isso não

condiz com a realidade dinâmica e diversa, já que existem elementos desses grupos étnicos-regionais que também fazem parte da Amazônia.

A segunda é a consideração da região como uma colônia sem uma única metrópole, onde “a linha de regionalizante é produzida de modo descontínuo e por sobreposições sustentadas por muitos processos de centralização em direção ao lado de fora, incluindo processos de nacionalização e de exploração econômica” (Candotti, 2017 p.6). Ou seja, as atividades de exploração dos recursos naturais, assim como as disputas territoriais, tornam difícil delimitar espacialmente aquilo que é considerado Amazônia – e, portanto, parte desse “outro” – em contraposição aquilo que não é.

A última especificidade aponta para o fato de a região amazônica ser considerada historicamente como uma região “natural”, separando natureza e cultura enquanto elementos diferentes, configurando um jogo de oposições, visibilidades e invisibilidades entre os modos de habitação “da floresta” aos mais “artificiais”, como aldeias, vilas, comunidades, cidades pequenas, médias, grandes etc.

Assim, a noção de geografia imaginativa, aplicada ao contexto amazônico, evidencia as complexidades e contradições de um "orientalismo" amazônico. Enquanto o Orientalismo tradicional, descrito por Said, estabelece dicotomias claras entre o "nós" ocidental e o "eles" oriental, a Amazônia apresenta uma relação mais difusa e multifacetada. A construção de sua alteridade ontológica, carregada de imagens de exotismo, natureza intocada e isolamento cultural, reflete um processo discursivo que transcende fronteiras geográficas e temporais.

Ao mesmo tempo, as especificidades da região – a ausência de uma oposição clara, a condição de colônia fragmentada e a separação entre natureza e cultura – desafiam as categorias fixas e universais das geografias imaginadas. Nesse sentido, a Amazônia emerge como um espaço simbólico de projeções e disputas, onde as geografias imaginativas não apenas moldam sua percepção global, mas também impactam diretamente suas dinâmicas políticas, sociais e ambientais.

## **II-A Amazônia brasileira**

Ao pensarmos Amazônia, muitas vezes caímos em uma multiplicidade de concepções e sentidos. O imaginário social construído sobre esse espaço perpassa por diversos intelectuais e viajantes desde o período colonial até os dias atuais, que contribuíram para a construção de um discurso polissêmico sobre a região (Júnior & Thomé, 2023).

Existem diferentes concepções e definições de Amazônia, como os conceitos de Amazônia Legal, Amazônia brasileira e o bioma amazônico, por exemplo. A Amazônia Legal constitui uma divisão político-administrativa estabelecida pela Lei Complementar nº 124, de 2007, que corresponde à área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Com uma extensão aproximada de 5.015.067,75 km<sup>2</sup> — equivalente a cerca de 58,9% do território nacional —, essa região compreende os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão, abrangendo 772 municípios. Sua delimitação visa à formulação e execução de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional, com ênfase na concessão de incentivos fiscais e na integração econômica da região norte do Brasil (IBGE, 2023).

A expressão “Amazônia Legal” foi incorporada de forma mais sistemática em legislações recentes, como a Lei nº 11.952/2009 e o Código Florestal (Lei nº 12.651/2012), a fim de diferenciar essa delimitação legal das noções de Amazônia enquanto bioma, bacia hidrográfica ou região internacional. A constituição da Amazônia Legal reflete, portanto, uma estratégia geopolítica que objetiva articular o ordenamento territorial à promoção do desenvolvimento socioeconômico, além de reforçar a soberania nacional sobre uma extensa e estratégica porção do território brasileiro (IBGE, 2023).

A distinção entre Amazônia brasileira, bioma amazônico e Amazônia Legal é fundamental para a compreensão das múltiplas formas de delimitação territorial da região. A Amazônia brasileira refere-se à parcela do território nacional inserida na região pan-amazônica (também conhecida como Amazônia Internacional), que se estende por nove países sul-americanos. Essa delimitação considera aspectos geográficos, políticos, históricos e culturais que conectam os estados do norte e centro-oeste do Brasil ao contexto amazônico mais amplo.

Já o bioma amazônico é definido com base em critérios ecológicos, abrangendo uma extensa área contínua de florestas tropicais úmidas, caracterizada por elevada biodiversidade, regimes hidrológicos específicos, solos pouco férteis e papel crucial na regulação do clima global. No Brasil, o bioma ocupa cerca de 49% da superfície do território nacional e abrange total ou parcialmente nove estados. Além disso, abrange outros países sul-americanos, como Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Venezuela e Guiana Francesa. Ao contrário da Amazônia Legal, sua delimitação independe de divisões político-administrativas, refletindo antes a coerência ecológica e ambiental da paisagem natural (Brasil, 2023).

Para além das definições supracitadas, recentemente vem surgindo novas classificações e metodologias de análise da Amazônia Legal. Os pesquisadores do Projeto Amazônia 2030 propuseram uma categorização da Amazônia legal em 5 zonas de acordo com a cobertura florestal remanescente, sendo estas: florestal, florestal sob pressão, desmatada, não florestal (Cerrado e Pantanal) e urbana.

Seguindo esta classificação, a Amazônia Florestal ocupa 39% do território da Amazônia Legal e corresponde às áreas mais conservadas e de maior cobertura vegetal. A Amazônia sob pressão abrange 29% da região e corresponde aos municípios com extensa cobertura florestal, mas que sofrem com desmatamento crescente, extração ilegal de madeira, garimpo de ouro e grilagem de terras. Já a Amazônia desmatada corresponde a 11% da região, onde a maior parte das áreas desmatadas está subutilizada ou abandonada. A Amazônia não florestal corresponderia a 21% da Amazônia Legal, possuindo predomínio de vegetação do cerrado. Por fim, a Amazônia Urbana corresponde às áreas urbanas e de maior densidade populacional da região (Veríssimo *et al.*, 2022).

Théry (2005) afirma que muitas vezes ao pensarmos na Amazônia fugimos de uma observação objetiva avaliando seus potenciais e limitações partindo para considerações fortemente afetivas. Tais visões, segundo o autor, poderiam ter óticas pessimistas – como a ideia de “inferno verde” – ou visões extremamente positivas, que vislumbram um potencial de riquezas ainda ocultas, a exemplo do “mito do eldorado” ameaçado pela cobiça externa, seja ela estrangeira ou mesmo de outras partes do Brasil.

O mito de El Dorado emerge a partir das crônicas de conquistadores espanhóis no século XVI, que relataram a existência de um cacique *muisca* – povo indígena que habitava o altiplano de Cundiboyacense, Colômbia – revestido de pó de ouro e que, em cerimoniais, adentrava o lago sagrado de *Laguna de Guatavita* para depositar oferendas douradas – imagem que se transformou em cidade ou reino mítico de ouro no imaginário europeu. Essa narrativa não apenas alimentou a busca incessante por riquezas na América do Sul, mas também revelou os mecanismos de produção de conhecimento colonial: expedições eram justificadas por relatos de riquezas fabulosas, mesmo que as evidências fossem frágeis ou míticas. Estudos arqueológicos na lagoa de Guatavita esclarecem que ali existiu, de fato, ritual *muisca* de oferendas, embora em escala moderada, o que sugere que o mito europeu amplificou e transformou práticas locais em lenda global (Winchcombe, 2019).

Essa percepção sobre a Amazônia de caráter mítico e mágico é recorrente nas descrições sobre a localidade. Encantamento e estranhamento diante da terra ora considerada paraíso ora inferno na terra está presente nos primeiros relatos de viajantes dos séculos XV e XVI e nas expedições de naturalistas europeus e estadunidenses no século XIX. Além disso, tais visões e discursos são encontrados nas obras de autores brasileiros do século XX como Euclides da Cunha e Afonso Rangel e até mesmo através de líderes políticos como Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek (Steinbrenner, 2009).

Historicamente, a imagem da Amazônia é pautada pela temática ambiental. Desde os relatos dos naturalistas viajantes a partir do século XVI até os discursos recentes presentes na mídia, a representação do espaço amazônico é marcado pela noção do exotismo revertido recorrentemente em estranhamento ou encantamento diante da “terra incógnita” – muitas vezes compreendida como fonte inesgotável de recursos naturais, sejam eles para atender demandas externas, como dos lusitanos no passado, como internos, como as políticas desenvolvimentistas da década de 1970 ou mesmo globais ao considerarmos as noções de biodiversidade e sustentabilidade planetária na atualidade.

De todo modo, a floresta se destaca enquanto atributo máximo de classificação da Amazônia, reforçando, paralelamente, a ideia de desumanização do espaço, traduzida, por exemplo, na noção de “vazio demográfico” que, associada às imagens de atraso da região, justificaram a implementação de políticas desenvolvimentistas nas décadas de 1960-1970, cujo lema fora “integrar para não entregar” no contexto dos governos militares brasileiros (Bueno, 2003; Júnior & Thomé, 2023; Steinbrenner, 2009).

Essas representações construídas pelos naturalistas viajantes (descritas frequentemente como literatura de viagem) ajudaram a difundir no ideário europeu um universo mental sobre a Amazônia como outro mundo longínquo, um “contramundo”, inventando uma realidade que parecia alheia aos olhos do narrador, que foi sendo atualizada e ampliada por falta de conhecimento geográfico, físico e humano. As narrativas de viagens, crônicas e relatos adulteram, distorcem e inventam causando autênticas mudanças no imaginário e mentalidade dos leitores, que foram se disseminando e se tornando um registro oficial sobre a região (Júnior & Thomé, 2023; Ribeiro, 2018).

Antes da colonização europeia, as terras americanas eram habitadas por diversos povos indígenas, com formas próprias de organização social, cultural e linguística, e modos de ocupação do território que contrastavam profundamente com os modelos impostos pelos

colonizadores. Com a justificativa de interesses econômicos e políticos, os europeus instauraram um sistema de expropriação territorial e apagamento dessas histórias locais, consideradas inferiores frente às macronarrativas nacionais e universais construídas sob a lógica colonial. Correlacionando o processo colonial ao contexto atual, a escola assume o papel de reprodutora dessas narrativas hegemônicas, silenciando saberes locais e perpetuando a subalternização dos conhecimentos indígenas e comunitários. Questionar e reconstruir esses processos históricos torna-se, portanto, um caminho essencial para elaborar alternativas à narrativa dominante e valorizar a pluralidade das experiências e memórias que compõem os territórios (Santos, 2017).

Desde o século XIX, a Amazônia brasileira tem sido alvo de sucessivas iniciativas de integração territorial e econômica que, sob o discurso do progresso e da modernização, impuseram formas exógenas de ocupação e uso do território. Esses projetos muitas vezes refletem interesses políticos e econômicos que acabam por ignorar as dinâmicas socioambientais locais. A concepção da Amazônia como “vazio demográfico” ou “fronteira a ser conquistada” persiste até hoje, alimentando a visão de que a região constitui a última grande reserva de terras e recursos do país — uma fronteira migratória, territorial e sobretudo energética, em razão de seu imenso potencial para a geração de energia renovável (Becker, 1990; Théry, 2005; Costa e Costa, 2009).

As mudanças no uso e na cobertura do solo, a existência de obras de grande infraestrutura como o complexo hidrelétrico do rio Madeira - com destaque para as usinas de Santo Antônio e Jirau - alteraram e ainda alteram o território amazônico. Tais empreendimentos provocaram profundas alterações no cenário amazônico, marcadas por intensos fluxos migratórios, aumento da urbanização desordenada, pressão sobre os serviços públicos e impactos ambientais significativos, como o deslocamento de populações ribeirinhas e alterações na dinâmica fluvial.

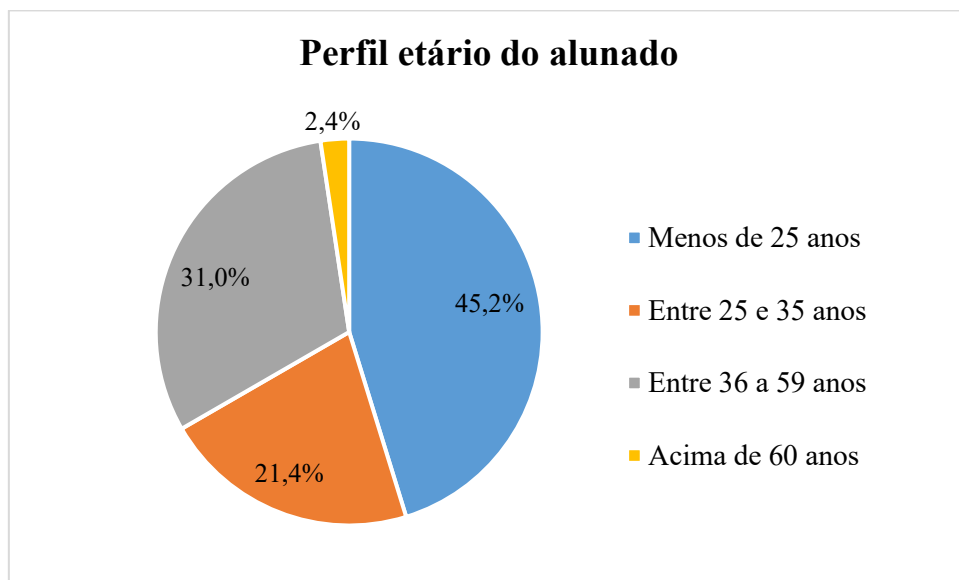
### **III-Análise dos questionários e resultados**

O pilar empírico desta pesquisa se dá através da avaliação das percepções do alunado de graduação do curso de Geografia do Colégio Pedro II sobre a Amazônia brasileira. Os estudantes ingressantes entre os anos de 2020 e 2025 foram os participantes que responderam aos questionários.

Para avaliar as respostas dos alunos, foram elaborados formulários semiestruturados virtuais via *Google Forms* contendo perguntas objetivas e discursivas a fim de compreender as

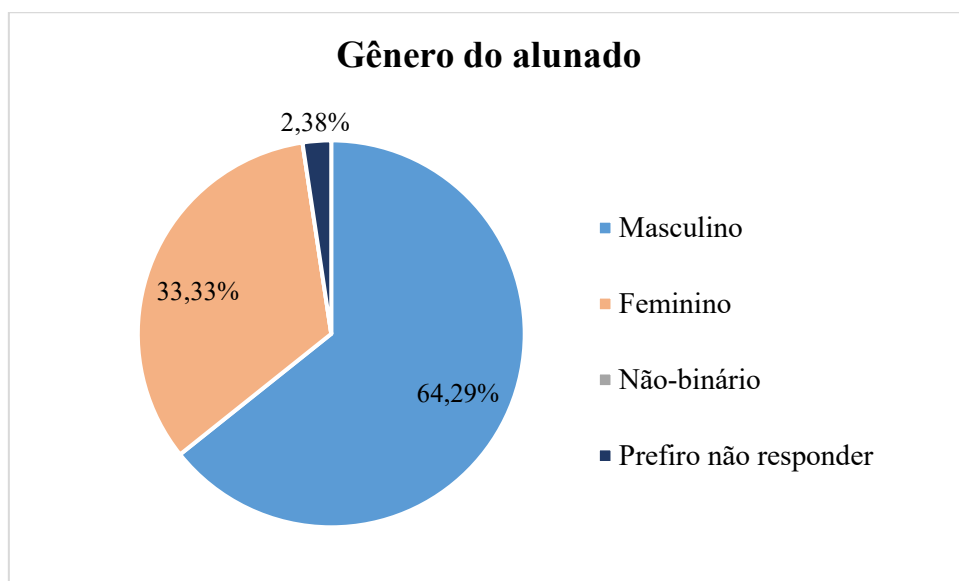
percepções dos alunos sobre a Amazônia brasileira. Os questionários foram aplicados para os alunos entre os meses de junho e julho de 2025, sendo sua participação de caráter voluntário.

**Gráfico 1** – Perfil etário da amostragem do alunado da Licenciatura em Geografia do Colégio Pedro II



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos questionários

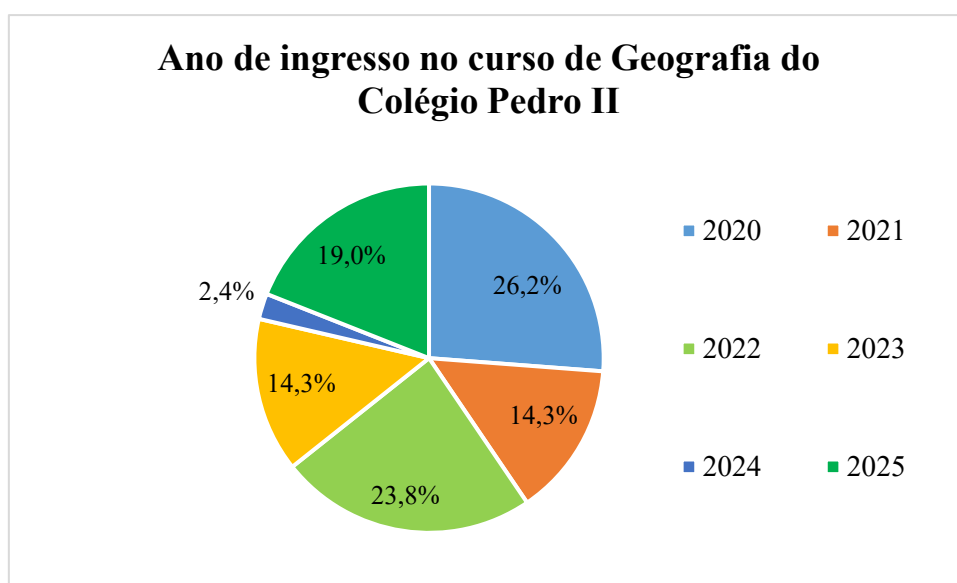
**Gráfico 2**- Gênero da amostragem do alunado da Licenciatura em Geografia do Colégio Pedro II



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos questionários

Participaram deste estudo 42 estudantes, sendo 27 destes (64,3%) do sexo masculino, 14 do sexo feminino (33,3%) e 1 estudante optando por não informar seu gênero. Também havia na pesquisa a opção de gênero não binário, que não conteve nenhum participante autodeclarado. Com relação à faixa etária, 19 alunos (45,2%) possuem menos de 25 anos, 9 possuem entre 25 e 35 anos (21,4%), 13 possuem entre 36 e 59 anos (31%) e apenas 1 estudante possui mais de 60 anos, apontando que o perfil etário da pesquisa foi bastante diverso.

**Gráfico 3** – Ano de ingresso na Licenciatura em Geografia do Colégio Pedro II



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos questionários

Todos os participantes da pesquisa foram alunos do curso de Geografia da Licenciatura Integrada em Humanidades do Colégio Pedro II, dos anos de 2020, primeiro ano do início desta graduação até o ano de 2025, último ano disponível no período da pesquisa. No mês de julho de 2025, havia no total 111 alunos com matrícula ativa na graduação – informação confirmada pela coordenação da Geografia.

Desta forma, a amostragem desta pesquisa abrange um total de 37,84% do alunado do curso de Geografia. Do total de alunos, cuja participação fora facultativa, 11 alunos (26,2%) pertenciam a turma de 2020, 6 alunos da turma de 2021 (14,3%), 10 da turma de 2022 (23,8%), 6 alunos da turma de 2023 (14,3%), 1 aluno da turma de 2024 (2,4%) e 8 alunos da turma de 2025 (19%).

Com relação à percepção dos alunos sobre a Amazônia brasileira, foi aplicada a metodologia da análise de conteúdo de Bardin (2020) em suas respostas. Foram observadas as

regras básicas indicadas para a análise de conteúdo: exaustividade, homogeneidade e pertinência.

O corpus da pesquisa em que esta técnica foi aplicada é composto por 42 respostas discursivas à pergunta “Para você, o que é a Amazônia brasileira?”, de estudantes da Licenciatura em Geografia do Colégio Pedro II. Essa última etapa da análise corresponde ao momento de inferência e interpretação, em que foram refinadas as categorias previamente construídas e identificados os conteúdos latentes por trás dos discursos.

Após a leitura exaustiva e a identificação das unidades de registro, as respostas foram agrupadas em núcleos de sentido que emergiram com maior frequência. O refinamento dos temas brutos levou à construção das seguintes categorias:

**Quadro 1** – Principais percepções dos alunos da amostragem sobre o que é a Amazônia brasileira

<b>Categoria</b>	<b>Termos recorrentes</b>	<b>Conteúdos</b>
Natureza e Ecosistema	“Floresta tropical”, “bioma”, “fauna e flora”, “pulmão do mundo”.	Reforça a imagem da Amazônia como espaço naturalizado, “verde” e essencial à vida planetária, reproduzindo o arquétipo da natureza exuberante, mas também distante da dimensão humana.
Riqueza e Potencial	“Região rica”, “fonte de recursos”, “importância para o Brasil”.	Representa uma visão econômica e utilitarista, em que o valor da Amazônia está associado à exploração sustentável e ao papel estratégico nacional.
Identidade Nacional e Orgulho	“Parte fundamental do Brasil”, “patrimônio nacional”, “símbolo do país”.	Expressa uma geografia afetiva e patriótica, onde a Amazônia aparece como símbolo de pertencimento e orgulho coletivo.
Sociedade e Populações Tradicionais	“Povos indígenas”, “ribeirinhos”, “populações tradicionais”.	Indica uma tentativa de reconhecimento da diversidade sociocultural, embora

		frequentemente tratada de forma genérica, ainda vinculada ao imaginário do “nativo amazônico”.
Ameaças e Destruição	“Desmatamento”, “queimadas”, “garimpo”.	Evoca um discurso ambientalista e de denúncia, em que a Amazônia aparece como vítima da ação antrópica.
Dimensão simbólica ou mítica	“Mistério”, “grandiosidade”, “outro mundo”.	Reatualiza o mito do Eldorado e a ideia de uma Amazônia “exótica”, distante e mágica — traço típico das <i>geografias imaginativas</i> descritas por Said (1978) e Candotti (2017).

Fonte: Elaborada pela autora

A primeira categoria – “Natureza e Ecossistema” – possui um predomínio da visão naturalizante, centrada na dimensão ecológica e não social. Reforça a imagem da Amazônia como espaço essencialmente natural, ecoando as representações hegemônicas da mídia e dos livros didáticos (Théry, 2005; Steinbrenner, 2009). Para Duarte e Higuchi (2023) as percepções ambientais estão ligadas tanto a fatores objetivos e materiais (cores, produtos, quantidade, dentre outros) como a fatores subjetivos/ simbólicos (sentimentos, preferências individuais e fatores culturais).

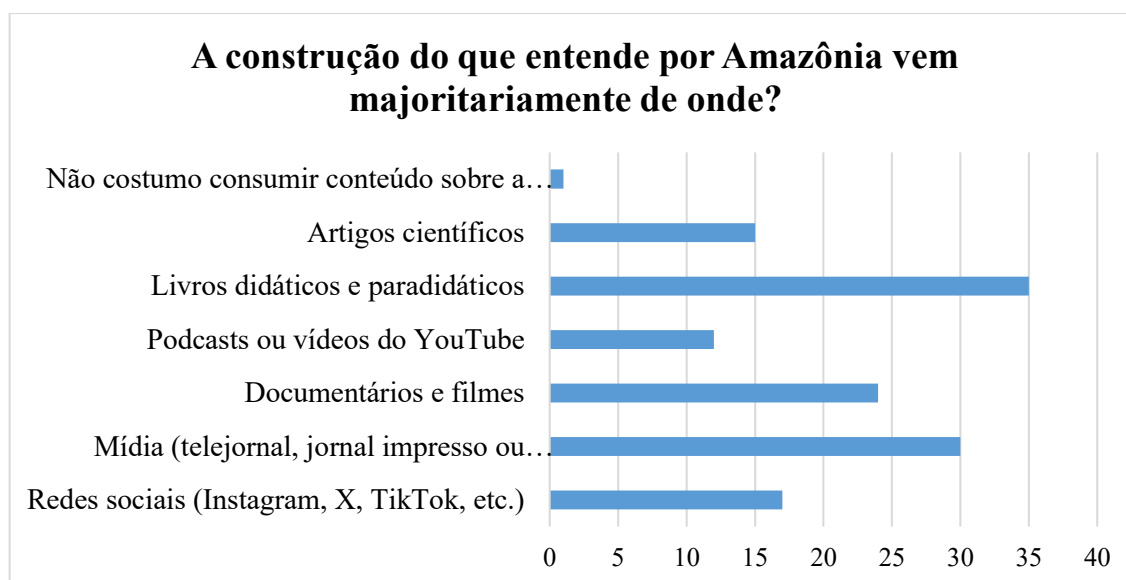
A segunda categoria – “Riqueza e Potencial” – expressa valorização econômica e pragmática do território amazônico, associada à ideia do Eldorado e à visão colonial de exploração (Santos, 2017; Candotti, 2017). Já a terceira categoria, “Identidade Nacional e Orgulho” remete à dimensão simbólica e patriótica, onde a Amazônia é emblema da nação e símbolo de brasilidade (Novaes, 2010).

A quarta categoria – “Sociedade e Populações tradicionais” – reconhece o elemento humano e cultural, embora de modo genérico, refletindo o apagamento das especificidades locais (Santos, 2017; Souza, 2021). Já a categoria seguinte – “Ameaças e Destruição” – tem uma perspectiva crítica e ambientalista, onde a Amazônia é entendida como um território em disputa e símbolo de resistência (Grimberg & Dorfman, 2016). Por fim, a categoria – “Dimensão Simbólica ou Mítica” – reatualiza o imaginário mítico e exotizante da Amazônia, reproduzindo o ‘orientalismo amazônico’ e o olhar de alteridade (Théry, 2005; Candotti, 2017; Said, 2007).

As categorias foram criadas segundo as regras estabelecidas por Bardin (2020, p.18), que são: a) serem homogêneas; b) serem exaustivas- esgotar a totalidade do texto; c) serem exclusivas- um mesmo elemento não pode ser classificado em duas categorias diferentes; d) serem objetivas – codificadores diferentes devem chegar a resultados iguais; e) adequadas ou pertinentes, isto é, adaptadas ao conteúdo e ao objetivo.

Duarte e Higuchi (2023) afirmam que as percepções ambientais dos discentes sobre determinado ambiente não possuem uma característica estanque, mas sim se baseiam em interesses e necessidades mutáveis, permeados por fatores relacionados à cognição, afetividade e preferências, que são evidentemente distintas a cada indivíduo.

**Gráfico 4** – Percepção sobre o entendimento de Amazônia



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos questionários

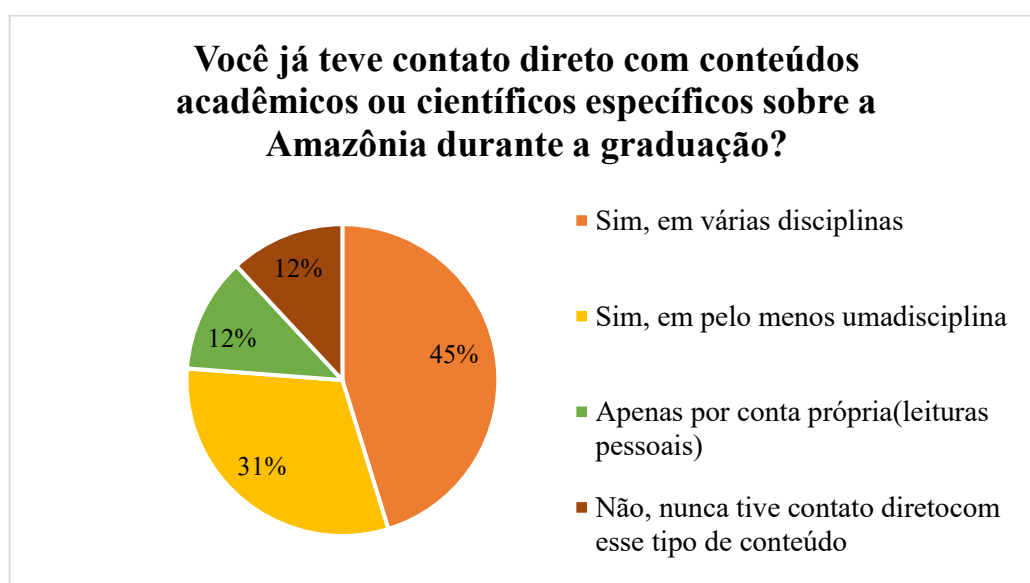
Dos 42 alunos participantes, quase sua totalidade (95,2%, correspondendo a 40 alunos) alega nunca ter ido à Amazônia. Esse se mostra um dado pertinente para a proposta da pesquisa, visto que, uma vez que a maioria dos indivíduos nunca esteve propriamente em território amazônico, suas percepções sobre a região acabam sendo atravessadas por outros atores, sejam eles outros indivíduos ou meios de adquirir conhecimento (Internet, livros, escola etc.). Ainda sobre o conhecimento empírico da região, apenas 26,2% (11 pessoas) alegam ter algum parente ou amigo próximo que more na Amazônia.

Com relação à construção do entendimento do que é a Amazônia, foram elencados diversos atores que se apresentariam como agentes construtores de percepção e imaginário

social acerca daquele espaço, como: as redes sociais (Instagram, X, Twitter, TikTok etc.), mídia (telejornais, jornais impressos, jornais online etc.), documentários e filmes, podcasts ou vídeos do *Youtube*, livros didáticos e paradidáticos, artigos científicos e além da opção de não consumir conteúdos sobre a região.

Cabe ressaltar que nessa pergunta os alunos poderiam selecionar todas as opções que se aplicavam. Nesse quesito, destacaram-se os livros didáticos e paradidáticos com 35 respostas, seguido da mídia com 30 e de documentários e filmes com 24 respostas. Embora muito utilizadas atualmente em nosso cotidiano, as redes sociais, os podcasts e vídeos do *Youtube* apresentaram resultados menos expressivos, com 17 e 12 respostas, respectivamente. Por fim, mesmo se tratando de alunos do ensino superior, os artigos científicos contaram com apenas 15 respostas. Apenas 1 aluno votou que não costuma consumir conteúdos sobre a região.

**Gráfico 5** – Contato com conteúdos relativos à Amazônia durante a graduação



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos questionários

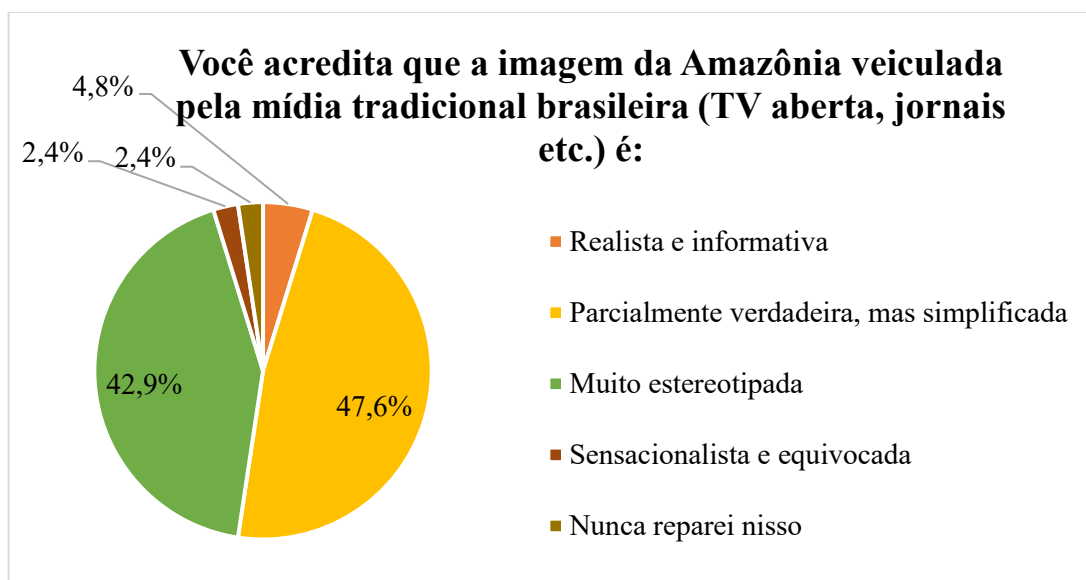
Em se tratando de conteúdos acadêmicos ou científicos específicos sobre a Amazônia, a maior parte dos entrevistados alegou ter tido contato com temáticas relacionadas à Amazônia ao longo de sua graduação no Colégio Pedro II, onde 45,2% (19 alunos) responderam que tiveram contato em várias disciplinas e 31% (13 alunos) afirmou que em pelo menos 1 disciplina houve aproximação com o tema. Do alunado restante 11,9% (5 alunos) relataram apenas ter tido contato por conta própria e 11,9% (5 alunos) afirmaram não ter tido contato direto com esse tipo de conteúdo.

A respeito desse dado cabe a ressalva de que o alunado respondente do questionário abrangia desde estudantes que estavam em seu 1º período da graduação até alunos que estavam concluindo a mesma, o que pode fazer com que os alunos que não tiveram contato com a temática ainda possam tê-la ao longo do curso. Por fim, ainda cabe a observação de que não há atualmente na grade da graduação em Geografia nenhuma disciplina diretamente ligada à Amazônia brasileira.

Ao tratar da minha própria experiência na licenciatura em Geografia no Colégio Pedro II, percebo que ainda há uma lacuna no que diz respeito ao conteúdo acadêmico sobre a Amazônia brasileira. Atualmente, no curso, não há nenhuma disciplina que trate especificamente sobre a Amazônia, diferente de outras graduações em Geografia no Rio de Janeiro.

De maneira geral, a região foi apresentada no curso a partir de critérios majoritariamente naturais e/ou físicos, em disciplinas como Espaço Físico Brasileiro e Biogeografia. A disciplina Geografia Regional do Brasil também abordou a região, dedicando uma aula do curso a Região Norte e a Amazônia brasileira. Apesar da temática ser abordada ao longo do curso, ainda está distante de uma construção de conhecimento mais ampla e crítica da região.

**Gráfico 6** – Percepção sobre a imagem da Amazônia veiculada pela mídia brasileira

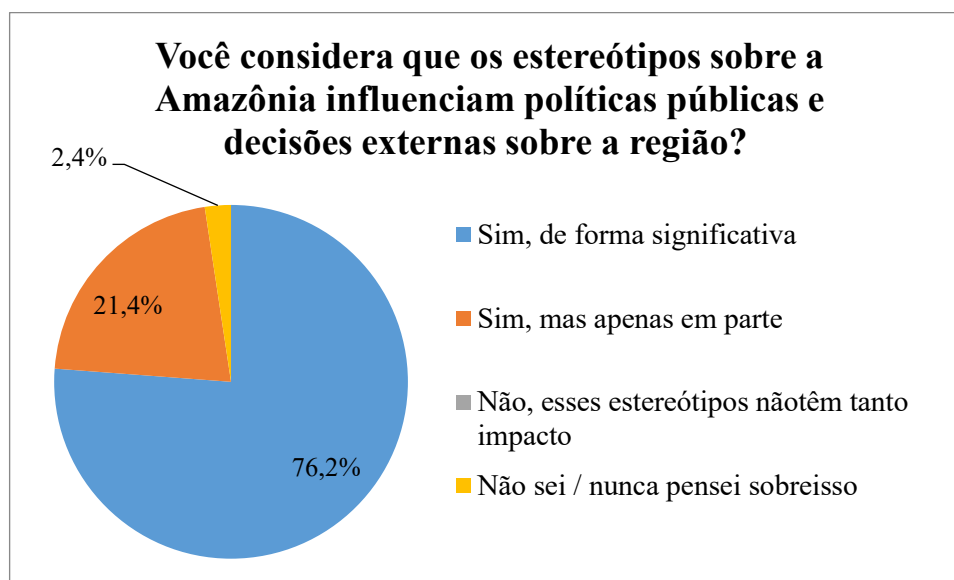


Fonte: Elaborado pela autora a partir dos questionários

Com relação à imagem da Amazônia veiculada pela mídia tradicional brasileira (TV aberta, jornais etc.) as respostas foram bem variadas. A maior parte dos entrevistados acredita que a imagem da Amazônia veiculada pela mídia é “parcialmente verdadeira, mas simplificada da realidade” (20 respostas – 47,6% do total), seguida da opção “muito estereotipada” com 18 respostas correspondendo a 42,9% do total. Já as demais opções contaram com números bem menos expressivos, onde a opção “realista e informativa” teve 2 respostas (4,8% do total) e as opções “sensacionalista e equivocada” e “nunca reparei nisso” possuíram 1 voto cada.

Sobre a noticiabilidade, cabem aqui alguns apontamentos de Grimberg & Dorfman (2016), que destacam que toda notícia é uma “construção social, baseada na imaginação geográfica e em critérios de noticiabilidade e na atuação do jornalista profissional, considerando-se o contexto organizacional em que este se insere, além de funcionar como aliada das instituições legitimadas” (Grimberg & Dorfman, 2016, p. 277). Assim, as notícias, como qualquer construção textual, não possuem uma forma única de reportar um fato, mas se utilizam de critérios técnicos ou ideológicos adotados na seleção e construção dos acontecimentos narrados (Grimberg & Dorfman, 2016).

**Gráfico 7** – Percepção sobre como estereótipos sobre a Amazônia influenciam políticas públicas sobre a região



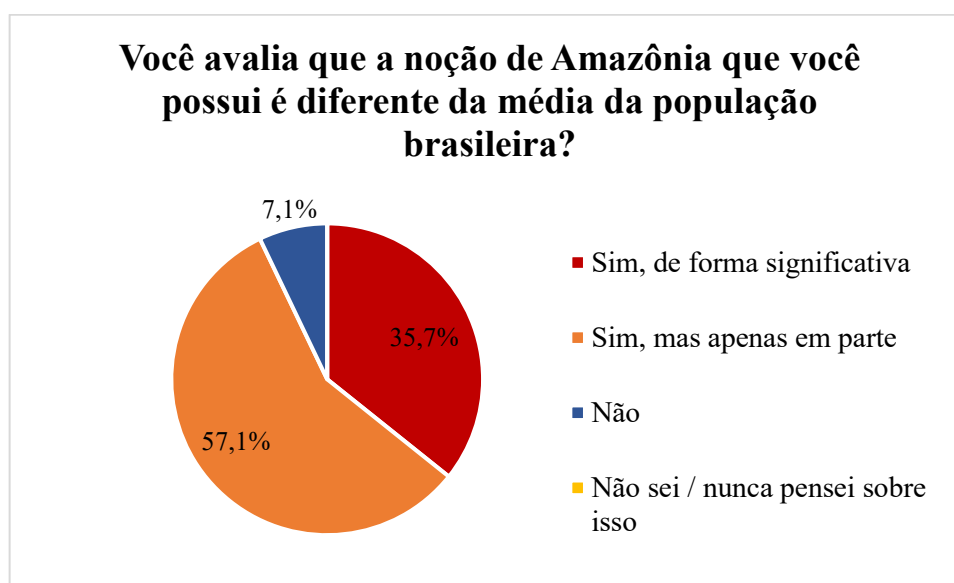
Fonte: Elaborado pela autora a partir dos questionários

Em relação à ação de políticas públicas e decisões externas, praticamente todos os alunos entrevistados concordam que os estereótipos sobre a Amazônia exercem algum tipo de influência na tomada de decisões sobre a região. Dos entrevistados, 32 dos participantes

(76,2%) consideram que os estereótipos exercem influência “sim, de forma significativa” enquanto 9 participantes acreditam que “sim, apenas em parte” e um único aluno (2,4% do total) alega não saber ou nunca ter pensado sobre isso.

Para Driver (2022), independente se consideramos ou não como essencialmente verdadeiras ou falsas, as geografias imaginativas possuem um impacto considerável no comportamento humano. É importante notar que sua relevância não é um fenômeno ultrapassado, mas perceptível na atualidade. O ressurgimento de velhas e novas visões de orientalismo nos relatos de guerras e conflitos demonstra claramente o papel duradouro que as geografias imaginativas desempenham na nossa compreensão do mundo. O autor usa ainda como exemplo a “guerra ao terror” liderada pelos Estados Unidos que ilustra o papel das geografias imaginativas na busca do poder geopolítico. Usando exemplos ainda mais atuais, podemos citar os atuais confrontos entre Rússia e Ucrânia.

**Gráfico 8** – Percepção se a noção pessoal de Amazônia é diferente da média brasileira



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos questionários

Em relação à noção pessoal do aluno sobre a Amazônia, foi questionado se a sua noção pessoal seria diferente da média da população brasileira. A maioria dos entrevistados acredita que a sua noção é diferente “sim, mas apenas em parte” com 24 respostas (57,1% do total), seguido da opção “sim, de forma significativa” com 15 respostas (35,7% do total) e 3 alunos (7,1% do total) acreditam que sua noção não é diferente da medida da população nacional. Ninguém selecionou a opção “não sei/nunca pensei sobre isso”.

A pergunta seguinte do questionário era um desdobramento da anterior, onde o aluno deveria responder, de maneira discursiva, a que ele atribui seu conhecimento sobre a Amazônia. Grande parte dos alunos atribui sua noção sobre Amazônia à graduação e aos estudos/leituras em Geografia, com respostas como *“Aos meus estudos de Geografia”, “Acesso a graduação” e “A noção de Amazônia que possuo foi adquirida agora, na graduação. Após acompanhar as disciplinas de Geografia Física, e conhecer o geógrafo Aziz Ab'Saber, através da leitura de suas obras sobre a Amazônia, adquiri uma visão mais complexa da biodiversidade, do clima, da vegetação, da hidrografia, da ligação entre sociedade e natureza, da importância de preservar o meio natural amazônico e de combater uma visão capitalista direcionada a ver a Amazônia como fonte de recursos naturais”*.

Dois alunos relataram que sua noção de Amazônia vem de um conhecimento empírico da região, onde relataram: *“Eu morei em Manaus por muitos anos. Minha experiência lá é de morar numa cidade grande que de certa forma sofre por não haver infraestrutura de assistência pública que sirva a todos os habitantes, parece ser propositalmente deixada de lado pelo Estado, para ter o mínimo se paga muito. Fora isso, a dinâmica da cidade é como qualquer do sudeste. Outra coisa determinante é como o clima lá afeta a vida e o bem-estar, sendo muito quente e úmida que chega a ser sufocante uma parte do ano, mais quente que o Rio de Janeiro” e “minha vivência (visitei uma parte da mesma quando viajei ao Pará)”*.

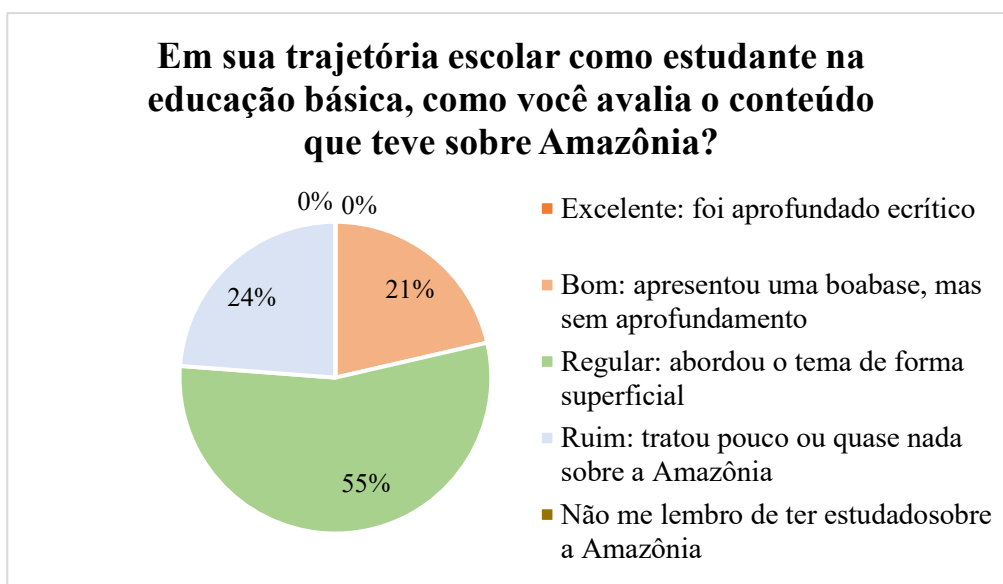
Além disso, alguns alunos trouxeram discursos a partir de um olhar mais crítico sobre seu conhecimento acerca da Amazônia brasileira, através de respostas como: *“A uma visão condicionada ao Centro-Sul do Brasil”, “A leituras sobre o espaço em perspectiva política ou crítica, “Construção do pensamento fundamentado no pensamento à esquerda”, “Conhecimento adquirido sem se basear tanto na grande mídia”, “O acesso a algumas informações que esclareceram bobagens deixadas pelo senso comum”*.

O fato de a maioria dos estudantes pesquisados atribuir sua percepção mais crítica e complexa da Amazônia aos estudos realizados durante a graduação em Geografia é um indicativo poderoso do potencial transformador que o ensino da disciplina possui. A Geografia, quando ensinada para além da simples descrição física ou da reprodução de conteúdos, configura-se como um instrumento fundamental para a desconstrução de estereótipos e a construção de representações mais fidedignas e plurais dos espaços.

Ao fornecer ferramentas conceituais para analisar as relações sociedade-natureza, as dinâmicas territoriais e os conflitos inerentes à produção do espaço, a Geografia capacita os

futuros professores a enxergarem a Amazônia não como um quadro natural homogêneo ou um repositório de recursos, mas como um território vivo, diverso e socialmente construído. Esse é um passo crucial para que, na educação básica, esses licenciados possam, por sua vez, romper com ciclos de representações simplificadas e ter uma compreensão da região que valorize sua complexidade e sua importância em âmbito nacional.

**Gráfico 9** – Percepção de como o estudante avalia o conteúdo estudado sobre a Amazônia em sua trajetória escolar



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos questionários

Analisando a formação anterior à graduação, foi perguntado aos alunos como estes avaliariam o conteúdo que tiveram sobre Amazônia em sua trajetória escolar. Mais da metade dos alunos (54,8% - 23 indivíduos) considerou seu conhecimento sobre a Amazônia regular, tendo sido abordado de forma superficial. A segunda resposta mais votada foi a percepção de que o conteúdo havia sido ruim, tratando pouco ou quase nada sobre a Amazônia (23,8% - 10 indivíduos). Apenas 9 alunos (21,4% do total) acreditam que o seu ensino escolar sobre a Amazônia tenha sido bom. Nenhum participante da pesquisa votou nas opções “excelente: foi aprofundado e crítico” e “Não me lembro de ter estudado sobre a Amazônia”.

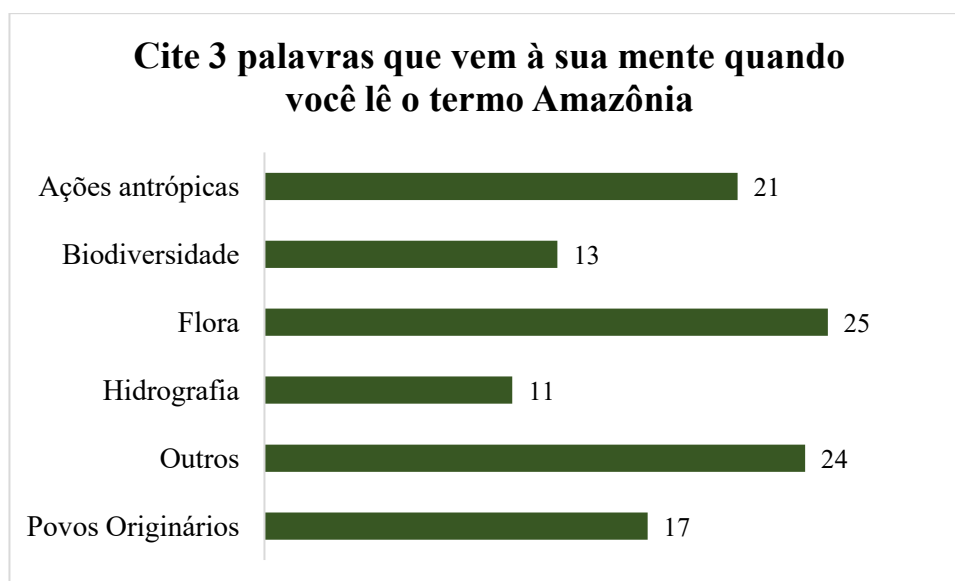
Junior e Thomé (2022) trazem uma reflexão sobre o desafio educacional que envolve a representação da Amazônia nos livros didáticos diante de sua complexidade, pluralidade e especificidades. Nesse sentido, os autores destacam que deveria ser feita uma desmistificação do pensamento colonial em um processo pedagógico que valorize a diversidade, o

fortalecimento da memória e da cultura dos povos locais, a construção de um currículo que envolva cultura, tradições, memórias, lutas e conquistas dos povos.

A incorporação sistemática dos temas "geografias imaginativas" e "Amazônia" nos currículos de formação docente revela-se, portanto, uma estratégia pedagógica urgente e necessária. Os resultados desta pesquisa demonstram que o contato com o instrumental teórico da Geografia foi fundamental para que os licenciandos desenvolvessem uma percepção mais crítica e complexa sobre a região, distinguindo-se do senso comum. Se a Geografia, disciplina por excelência de análise do espaço, não conseguiu, na educação básica, formar estudantes com um olhar diferenciado e decolonial sobre a Amazônia, cabe à formação superior de professores assumir esse papel transformador.

Incluir tais debates de forma transversal e aprofundada nos cursos de licenciatura é capacitar os futuros educadores a identificarem, problematizarem e desconstruírem os estereótipos que simplificam a realidade amazônica. Dessa forma, poderão atuar como agentes de mudança na educação básica, fomentando uma compreensão da Amazônia que vá além do exotismo e dos aspectos unicamente naturais, apresentando-a em sua plenitude como um espaço social, dinâmico e profundamente vinculado ao Brasil.

**Gráfico 10** – Categorização das palavras a partir da pergunta “cite três palavras que vem à sua mente quando você lê o termo Amazônia”



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos questionários

Foi pedido aos alunos que citassem três palavras que viessem a sua mente ao ler o termo “Amazônia”, sendo uma resposta livre. Nessa pergunta os resultados apresentados seguem a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2020), através da interpretação das mensagens presentes nos dados e criando uma sistematização objetiva, através de categorias.

A partir das respostas do alunado foram criadas categorias através do agrupamento de palavras de significados semelhantes. Desta forma foram criadas 6 categorias: flora (englobando termos como: floresta, mato, árvores), hidrografia (abrangendo termos relativos aos recursos hídricos como: rio, água), povos tradicionais (abarcando termos como: índio, indígena, povos indígenas, povos originários, ribeirinhos), ações antrópicas (contendo atividades realizadas pela ação humana como: queimadas, desmatamento, garimpo, extração de látex, invasão), biodiversidade (que abrange os termos diversidade e biodiversidade) e outros (palavras que, em menor número, não se enquadravam em nenhuma das categorias anteriores, como: riqueza, território, importância, desigualdade, grandiosidade, calor, imensidão, mistérios, imponência, entre outros).

Nesse sentido, remontamos à ideia de um “orientalismo” amazônico como proposto por Candotti (2017), englobando diferentes regimes discursivos que construíram uma “distinção ontológica” da Amazônia e seus “verdadeiros nativos”, um verdadeiro “outro”, um jogo de oposições entre os modos de habitação “da floresta” e dos mais “naturais” aos mais “artificiais” (aldeias, vilas, comunidades, cidades pequenas, médias, grandes etc.). Tais percepções colaboram para uma visão da região fortemente associada à elementos naturais e aos povos originários, muitas vezes conferindo um aspecto “atrasado” em relação às outras regiões do país, além de não abarcar toda sua pluralidade cultural, econômica e mesmo urbana.

Desta forma, para interpretarmos uma paisagem, uma imagem ou mesmo um texto, é necessário entrar no mundo de quem criou estes artefatos, buscando compreender suas ideias, valores e relacionamentos. Assim, é importante reconhecer que o processo criativo envolve intencionalidades e muitas vezes a participação de diversos autores, o que torna a interpretação muito mais complexa (Driver, 2022).

Nesse sentido, as geografias imaginativas servem como um instrumento de dominação das elites e dos Estados, validando discursos e possuindo implicações significativas na forma como as pessoas se comportam. Tais visões de mundo continuam a circular em uma variedade de domínios públicos e comerciais, através da televisão, do cinema, de jornais e revistas, de livros escolares, de publicidade, de jogos de computador ou da internet. (Driver, 2022)

Quando questionados se sabiam o que eram geografias imaginativas, 10 alunos (23,81% do total) alegaram não saber o que seria o termo. Cabe a ressalva de que vários alunos ainda estavam no início da graduação e poderiam ter contato com o tema em um momento posterior. Diversos alunos, talvez até pelo nome do conceito, o relacionaram à imaginação ou a forma como imaginamos um espaço, através das seguintes falas: *“Seria sobre como imaginamos o espaço só que isso estaria mais no campo especulativo do que o real de fato”, “É aquilo que você não conhece, você só imagina por tanta informação que já teve acesso”, “Seria a Geografia imaginada a partir das descrições e relatos de terceiros vividos ou não. Que contém imprecisão e preconceitos, que coletivo que não tem acesso a esse espaço se perpetua uma realidade distorcida”*.

Outro termo que aparece diversas vezes está ligado à percepção dos indivíduos, em falas como: *“A percepção do espaço (...)”, “É a percepção pessoal de algo (...)”, “Acredito que seja um campo da Geografia que trabalhe o processo de percepção como forma de se entender o espaço.”, “Está relacionado a percepção de um espaço a partir de imagens, culturas e outras fontes, tendo forte relação com as emoções que acabam construindo um significado subjetivo que por vezes está muito longe da realidade. Nós pintamos "paraísos" e num outro extremo "monstros" a partir de uma Geografia imaginativa”*.

Além disso, aparecem também falas ligadas à estereótipos e do senso comum, percebidos nas falas: *“É uma imagem que temos de um local específico, que muitas vezes é carregado de esteriótipos (...)”, “Acredito que esteja relacionado ao quanto se pode ter uma perspectiva diferente e até mesmo esteriótipada sobre aspectos geográficos”, “Acredito que sejam estereótipos relacionados a geografia”, “De forma bem resumida: Percepções acerca de alguma região baseadas no senso comum, dotadas de esteriótipos.”, “Geografia do senso comum”, “A ideia sobre os espaços ou elementos da geografia a partir do senso comum (...)”*.

Embora a ideia da pesquisa não fosse obter respostas exatas ou de cunho estritamente acadêmico, grande parte destas respostas estavam atreladas, em maior ou menor grau ao conceito as geografias imaginativas, que, segundo Driver (2022), deveria ser entendida para além de percepções subjetivas dos indivíduos, mas compreendendo que embora cada indivíduo seja único, as imagens e percepções que vivemos são inerentemente sociais. Nossas formas de representação — sejam verbais ou visuais — estão necessariamente vinculadas a sistemas de comunicação e códigos linguísticos compartilhados socialmente. Esses sistemas, por sua vez,

são sustentados por uma comunidade cuja abrangência espacial frequentemente ultrapassa a experiência direta do indivíduo.

## **Conclusão**

Para uma sociedade caracterizada pela pressa, que lhe rouba o tempo de uma análise mais profunda, a imagem pode até dizer mais que mil palavras; porém, para o ambiente acadêmico, exigente de um olhar mais crítico, essa afirmação suscita algumas ponderações necessárias a respeito de sua validade (Albuquerque, 2020). No campo das representações espaciais, especialmente no que tange à Amazônia brasileira, essa reflexão torna-se ainda mais relevante, visto que as imagens simbólicas e discursivas que compõem o imaginário coletivo são frequentemente tomadas como verdades incontestáveis.

A análise das percepções dos estudantes da Licenciatura em Geografia do Colégio Pedro II acerca da Amazônia brasileira permitiu evidenciar a complexidade e a heterogeneidade dos imaginários geográficos que permeiam a formação docente. Diferentemente de uma leitura que apontaria para uma visão homogênea ou exclusivamente estereotipada, os resultados desta pesquisa demonstram a coexistência de múltiplas representações, que variam entre discursos naturalizantes, simbólicos, críticos e político-territoriais, revelando um campo de tensões e disputas interpretativas sobre a região.

As categorias criadas por meio da análise de conteúdo (Bardin, 2020) — como “Natureza e Ecossistema”, “Riqueza e Potencial”, “Sociedade e Populações Tradicionais”, “Ameaças e Destruição” e “Dimensão simbólica ou mítica” — não devem ser compreendidas como compartimentos distintos e distantes, mas como expressões de diferentes regimes discursivos que operam simultaneamente na construção do imaginário amazônico. Nesse sentido, os dados indicam que os licenciandos mobilizam, ao mesmo tempo, elementos do chamado “orientalismo amazônico”, marcado pela exotização e pela naturalização do território, e leituras críticas que reconhecem a Amazônia enquanto espaço social, político e historicamente produzido.

Essa multiplicidade de percepções evidencia que não há uma representação única da Amazônia, mas sim uma pluralidade de visões atravessadas por interesses diversos e, muitas vezes, concorrentes. As respostas dos estudantes refletem disputas simbólicas que envolvem, por exemplo, os interesses do agronegócio, as demandas e resistências das populações tradicionais, as agendas ambientais globais, as políticas estatais de desenvolvimento e integração territorial, bem como as narrativas veiculadas pela mídia e pelos materiais didáticos.

Assim, a Amazônia emerge, nos discursos analisados, não apenas como um espaço físico ou ambiental, mas como um território profundamente politizado e disputado no plano simbólico.

O fato de a maioria dos participantes nunca ter estado na região amazônica reforça a centralidade das mediações discursivas na construção dessas percepções. Os livros didáticos, a mídia tradicional, documentários e conteúdos escolares aparecem como agentes fundamentais na formação do imaginário dos estudantes, o que confirma a relevância do conceito de geografias imaginativas para compreender como imagens e narrativas sobre a Amazônia são socialmente produzidas, reproduzidas e ressignificadas. No entanto, os dados também apontam que a formação em Geografia desempenha um papel significativo na introdução de elementos de criticidade, permitindo aos licenciandos questionar, ainda que parcialmente, os discursos hegemônicos e simplificadores.

Dessa forma, os resultados não indicam uma superação plena dos estereótipos, mas sim um processo de tensionamento entre representações herdadas do senso comum e leituras mais críticas adquiridas no contexto da formação acadêmica. A Geografia, enquanto campo do conhecimento, apresenta-se menos como um espaço de substituição imediata de imaginários e mais como um terreno de problematização, no qual diferentes visões de mundo entram em confronto. Esse aspecto é particularmente relevante na formação docente, uma vez que os futuros professores atuarão como mediadores entre o conhecimento científico e as representações sociais presentes na educação básica.

Conclui-se, portanto, que pensar a Amazônia brasileira no âmbito da formação docente exige reconhecer sua condição de território múltiplo, diverso e atravessado por interesses distintos. A pesquisa evidencia a necessidade de abordagens pedagógicas que não busquem apenas mitigar estereótipos, mas que promovam a leitura crítica das próprias representações, compreendendo-as como construções históricas, políticas e culturais. Assim, conclui-se que compreender a Amazônia brasileira exige ultrapassar o campo do imaginário e adentrar o campo das práticas e das vivências sociais. A investigação reafirma a necessidade de um ensino de Geografia comprometido com a crítica às representações naturalizantes e com a valorização da diversidade sociocultural que compõe o território amazônico. Somente a partir dessa perspectiva é possível romper com o “orientalismo amazônico” (Candotti, 2017) e construir novos olhares que reconheçam a Amazônia não como “outro” distante e exótico, mas como parte integrante e essencial da identidade e da história do Brasil.

## Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE, E. A. A. **Nunca fui, mas me disseram: Geografias imaginativas sobre a baixada fluminense a partir do olhar dos moradores da zona sul carioca.** GeoUerj, Rio de Janeiro, n. 36, p. 1 -23, 2020.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo** (4ª ed.). Lisboa: Edições 70. 2020.
- BECKER, B. K. **Amazônia.** São Paulo: Editora Ática 1990.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Amazônia Legal: perfil dos municípios da região – 2022.** Rio de Janeiro: IBGE, 2023.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima – MMA. **Bioma Amazônia.** Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade-e-biomas/biomas-e-ecossistemas/biomas/amazonia>. Acesso em: 30 abr. 2025.
- BUENO, M. F. **O imaginário brasileiro sobre a Amazônia: uma leitura por meio dos discursos dos viajantes, do Estado, dos livros didáticos de Geografia e da mídia impressa.** Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. doi:10.11606/D.8.2004.tde-11052004-103058.
- CANDOTTI, F. M.. **Algumas ideias para uma analítica descolonial da Amazônia.** Seminário Internacional Gênero e Territórios de Fronteira. Campinas, 13 set. 2017.
- CAMPOS, C. E. C. O.; TORRES, M. A. Entre as geografias narradas e os imaginários geográficos. In: DOZENA, A. (Org.) **Geografia e arte.** Natal: Caule de Papiro, 2020.
- COSTA, Francisco de Assis e COSTA, Wanderley Messias da. Da infraestrutura à logística. In: BECKER, Bertha; COSTA, Francisco de Assis; COSTA, Wanderley Messias da. **Um projeto para a Amazônia no século XXI: desafios e contribuições.** Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. p.365-387. 2009.
- DUARTE, J. C.; HIGUCHI, M. I. A PERCEPÇÃO SOBRE A FLORESTA AMAZÔNICA DE DISCENTES DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE. **REVISTA GEONORTE**, [S. l.], v. 14, n. 46, 2023. DOI: 10.21170/geonorte.2023.V.14.N.46.143.166. Disponível em: [//www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte/article/view/12150](http://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte/article/view/12150). Acesso em: 4 set. 2025.
- DRIVER, F. Geografias imaginativas. **Espaço e Cultura**, [S. l.], v. 1, n. 51, 2022. DOI: 10.12957/espacoecultura.2022.81444. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/espacoecultura/article/view/81444>. Acesso em: 9 ago. 2024.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
- GRIMBERG, D. S. DORFMAN, A. Imaginação geográfica e análise de notícias como fonte de pesquisas em Geografia. In: HEIDRICH A. L.; PIRES, C. L. Z. (Orgs.). **Abordagens e práticas de pesquisa qualitativa em Geografia e saberes sobre espaço e cultura.** Porto Alegre: editora Letral, 2016.

JUNIOR, W. R. C.; THOMÉ, Z. R. C.. Representações geográficas da Amazônia brasileira no livro didático de geografia do 4º ano do ensino fundamental: limites e desafios ao trabalho pedagógico do professor. **Humanidades & Inovação**, v. 9, n. 23, p. 243-257, 2022.

MACHADO, L. O. Urbanização e Migração na Amazônia Legal: sugestão para uma abordagem geopolítica. In: **As Amazonas de Bertha Becker** – Volume 1. Becker, B. (org.). Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2015.

MAGAYEVSKI, R.M.; ZAKRZEWSKI, S. B. B.; CANSIAN, R.L.. **A Abordagem sobre o Cerrado e a Amazônia nos Livros Didáticos**. In: VI Encontro Regional Sul de Ensino de Biologia, XVI Semana Acadêmica de Ciências Biológicas, 2013, Santo Ângelo. VI Encontro Regional Sul de Ensino de Biologia, XVI Semana Acadêmica de Ciências Biológicas, 2013.

MARQUES, R. D., ANGELO, J. R., LIMA, A. A. de ., FULLER, T., & BARCELLOS, C.. (2021). Production of Urban Space and the occurrence of malaria in the Brazilian Amazon: the Porto Velho case. **Ciência & Saúde Coletiva**, 26(9), 4263–4274. <https://doi.org/10.1590/1413-81232021269.24242020>

MONTEIRO, M. A.. Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. **Estudos Avançados USP**, v. 19, n. 53, 2005.

NOVAES, A. R. **Fronteiras mapeadas: Geografia imaginativa das fronteiras sul-americanas na Cartografia da imprensa brasileira**. 2010. Tese (Doutorado em Geografia). Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

OLIVEIRA, A. J. A. Geografias imaginativas e mitos auríferos no Brasil Setentrional (Capitania do Ceará Grande – séc. XVIII). **Revista Outras Fronteiras**, v. 3. n. 1, p. 157-178, 2016.

PAES LOUREIRO, J. de Jesus. **Cultura Amazônica. Uma poética do imaginário**. Belém, CEJUP, 1995. 448 p.

RIBEIRO, A. A. da S.. **Olhares inexplorados sobre a Amazônia no ensino de física: uma abordagem da história da ciência e da tecnologia na Amazônia com ênfase nos relatos dos naturalistas**. 2018. 580f. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Instituto de Ciências Humanas, Sociais e Filosofia, UFAM, Manaus, 2018.

ROCCHIETTI, A. M.. Amazonía: desafíos étnicos, ambientales e interculturales : una mirada desde Sudamérica / Ana María Rocchetti, Graciana Pérez Zavala y Jovino Pizzi, compiladores. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Centro de Investigaciones Precolombinas, Instituto Superior del Profesorado Dr. Joaquín V. González [Santiago, Chile] : **Instituto de Estudios Avanzados de la Universidad de Santiago de Chile**, [2014] 158 páginas.

SAID, E. W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTOS, R. C. M.. Entre histórias locais e narrativas oficiais: proposta para uma abordagem sobre a ocupação amazônica a partir das escolas. In: BELTRÃO, Jane Felipe; LACERDA, **Amazônias em tempos contemporâneos: entre diversidades e adversidades**. Paula Mendes Santos (Org.). Rio de Janeiro: Mórula, 2017, p.27-41.

SOUZA, E. R. B. de. **A construção da geografia imaginativa da Turquia como potência média em ascensão nas publicações do Centro de Pesquisa Estratégica do Ministério das Relações Exteriores da República da Turquia (SAM)**. 2024. 121 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2024.

SOUZA, M. M. O. de. Entre a ferrovia do diabo e o trem fantasma: uma viagem pela história da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**. v. 5, n. 9, p. 237-246, fev., 2010.

SOUZA, N. S. T. M. **O livro didático e a literatura da Amazônia brasileira: discussões sobre uma ausência**. 2021. 103 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2021.

STEINBRENNER, R. A.. Centralidade ambiental x invisibilidade urbana (ou os novos “fantasmas” da Amazônia). In: ARAGÓN, Luís E.; OLIVEIRA, José Aldemir de (Orgs.). **Amazônia no Cenário Sul-Americano**. Manaus: EdUA, 2009, p.19-40.

THÉRY, H.. Situações da Amazônia no Brasil e no continente. **Estudos Avançados**, Universidade de São Paulo, 2005, 53, pp.37-49.

VERÍSSIMO, B.; ASSUNÇÃO, J.; BARRETO, P.; LIMA, M.; SANTOS, D.. **As 5 Amazônias: bases para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal**. Amazônia 2030, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/4cHxj4V>. Acesso em abril de 2025.

WINCHCOMBE, R. **Authenticating El Dorado: Frustrated Knowledge Production in Walter Raleigh’s Discoverie of Guiana**. *Itinerario*, 43(3), 443–465. 2019. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/itinerario/article/abs/authenticating-el-dorado-frustrated-knowledge-production-in-walter-raleghs-discoverie-of-guiana/21EA29A0B7A68C266951552DD59AF6FA>. Acesso em out.de 2025.